



Luis Machado de Abreu
Direcção da colecção

Luis Machado de Abreu
Jorge Croce Rivera

José Eduardo Franco
Annabela Rita

(Coordenadores)

HOMEM DE PALAVRA

Padre Sena Freitas

Estudos, inéditos e autobiografia

Prefácio de
D. Manuel Clemente



Roma Editora

Os ideais educativos de Sena Freitas

José Luís Brandão da Luz
Universidade dos Açores

No discurso que Sena Freitas pronuncia, a 28 de Julho de 1886, em Jundiá, nos subúrbios de São Paulo, do Brasil, por ocasião da inauguração de um colégio com o seu nome, apresenta a «ilustração» e a «moralidade» como vectores orientadores da acção educativa que se propunha incrementar. Na eloquência programática das palavras proferidas pelo director do novo colégio, estes princípios são as duas asas que poderão elevar as crianças acima dum estado de natureza, que a componente orgânica ou corporal as sujeitava, e qualificá-las como membros activos e cultivados da sociedade.

Esta mesma concepção é também apresentada a propósito da formação do clero, a qual deverá associar a instrução intelectual e a educação moral. O clero compromete o alto desígnio religioso e social em que está investido e a sociedade dele reclama se não for:

«dotado em grau sensível daquela exemplaridade de costumes morais, sociais, religiosos e daquele capital científico que mais ou menos o imponham ao público e lhe captem o respeito, a estima, a simpatia, enfim, o prestígio de uma sociedade para a qual a própria virtude já não é suficiente salvo-conduto, nem apanágio bastante do ministro de Deus, mas que quer ver nele positiva ilustração e, por assim dizer, o escudo radiante do saber, sempre abraçado, sobre o qual incidam e caiam impotentes as objecções que do campo adverso sejam desfechadas contra o seu símbolo cristão»¹.

A degradação dos costumes e o baixo nível cultural do clero português não destoavam da visão pessimista que Sena Freitas nos apresenta da sociedade do final do século XIX:

«um montão de guano», em que grassa a devassidão da vida moral, o cinismo das relações pessoais e a «glacial indiferença religiosa»².

¹ *A Alta Educação do Padre*, «Introdução do tradutor», nova edição de José E. Franco, Lisboa, Roma Editora, 2003 (1909), p. 69.

² «O seminário perante o século XX: O alto e o baixo clero», em *Observações Críticas e Descrições de Viagem*, vol. I □ Crítica, cap.º X, Campinas, Tipografia do Livro Azul de A. B. de Castro Mendes & C., 1888, p. 67.

Para vencer este ambiente de decadência, a história aponta o papel fundamental que a Igreja pode desempenhar. Mas, para tal, terá de investir muito seriamente na formação do clero, ministrando-lhe uma instrução actualizada nas ciências, que têm conhecido importantes avanços, e submetendo-o às exigências duma vida virtuosa, para que o vício não tome conta dos seus sentimentos. No discurso que proferiu, em 1890, na sessão solene de abertura do ano lectivo do Seminário Episcopal de São Paulo, dirigia-se aos jovens alunos, exortando-os a que se devotassem «ao estudo dos conhecimentos humanos modernos»³. A importância que atribui a estes estudos, para a clarificação e defesa das verdades da fé, apoia-se na autoridade da já longa experiência pastoral que possuía e aparece claramente assumida nas seguintes palavras:

«A síntese razoada dos dados da observação, a geologia, a paleontologia, a antropologia, a fisiologia, não serão porventura a condição sempre indigente, verdade seja, visto que é humana, mas útil e utilíssima da formação do mundo, da criação do homem, da ressurreição, de tantos outros mistérios? Logo, como se vê, tornam-se um valente adminículo, e hoje *imprescindível*, da teologia universal. Sem aquelas noções científicas e colaterais, pode-se ser, notai bem, um teólogo casuista, patrologista, mas não um teólogo no sentido estrito e completo da palavra, munido da armadura competente para o combate com o pensamento livre»⁴

Certamente que o interesse de Sena Freitas pelas ciências se compreende exclusivamente no quadro da sua incansável vigilância aos ataques desferidos por aqueles que, com as novas descobertas no campo do conhecimento da natureza, pretendiam desautorizar as verdades da fé e o ensino tradicional da Igreja. O estudo das ciências estava assim ao serviço do ministério sacerdotal, que se pretendia esclarecido e não fonte de obscurantismo. Constituíam mesmo um importante equipamento para desfazer, de forma criteriosa e não meramente apologética ou dogmática, os erros e ilusões propalados pelas correntes filosóficas que, como o positivismo, situavam as fronteiras da razão humana no conhecimento científico. A formação intelectual atenta aos importantes avanços das ciências era posta ao serviço do desígnio mais alto da defesa da fé e deveria ser complementada com a iniciação e o cultivo da virtude. Estes constituem os dois vectores fundamentais da acção educativa das escolas de formação eclesial, os seminários, já que uma educação apenas assente no saber científico, sem «o tirocinio moral» ou o exercício da virtude, contribui apenas para fazer «o indiferente e o apóstata, é sol, mas não calor, e só o calor vivifica»⁵. Será possível reconhecer nesta concepção, que valoriza a formação intelectual e moral da educação, a influência da perspectiva traçada pelo Cardeal Newman para o ensino universitário que, segundo preconizava, em *The Idea of a University*, deveria promover uma educação dos jovens de índole «liberal», susceptível de modelar o seu carácter, segundo princípios de liberdade, sabedoria, justiça e moderação. A formação moral e

³ «Discurso inaugural», em *A Palavra do Semeador*, vol. II, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1906, p. 283.

⁴ *Ibidem*, p. 282.

⁵ «O seminário perante o século XX: O alto e o baixo clero», p. 76.

intelectual dos novos membros activos da sociedade era objectivo nuclear da universidade, e de modo especial da de inspiração católica, que não poderia circunscrever a sua missão à criação do saber e à instrução do conhecimento técnico e profissional, mas à *iluminação* da mente dos jovens estudantes por meio da cultura e de certos hábitos morais, que poderão formar o verdadeiro *gentleman*.

A salvação do país está num clero, instruído e virtuoso, que tire a sociedade do atoleiro de putrefacção em que se encontra. Sena Freitas não concebe a vida social sem a religião católica. E contra aqueles que reclamam a sua extinção, lembra que

«o catolicismo é a mãe legítima e incontestada da moderna civilização europeia, dessa civilização cristã que pulverizou e votou aos estigmas vingadores da história o antigo cesarismo dos imperantes e a opressão legal dos povos»⁶.

A nossa civilização está plenamente impregnada do «espírito humanitário» do cristianismo, que acolhe no seu seio os desamparados e promove o seu bem-estar:

«Declinai, se vos lembra, o nome de uma instituição benéfica que não tivesse nascido no regaço da Igreja. Hospitais ou creches, orfanotrófios ou asilos para inválidos, colégios de surdos-mudos ou casa de regeneração para as filhas do meretrício, hospícios para alienados ou associações de enfermeiros para penar os feridos no meio das balas, de todos a Igreja pode dizer com orgulho de mãe: "São meus filhos", e designar a data precisa do seu aniversário»⁷.

Os abusos e os erros dos católicos e da Igreja não justificam os combates que lhes são movidos com o intuito de os aniquilarem. Ninguém defende que se deva rejeitar a liberdade, apesar de se conhecerem exemplos de situações que constituem clamorosas aberrações⁸. A emancipação do homem faz-se com a Igreja e responde a um programa cristão de reabilitação e promoção da sua dignidade. Sena Freitas denuncia, por isso, a orientação política de certas propostas legislativas, como a do ministro francês da Instrução Pública, Júlio Ferry, que pretendia instituir o ensino obrigatório exclusivamente ministrado por instituições do Estado. Esta opção, pela exclusividade dum ensino leigo e civil, esconde propósitos mal dissimulados de promoção de um ensino materialista e ateu. Além do mais, confere ao Estado direitos que não possui, ao reabilitar a «antiga estatolatria romana, que absorve todos os *eus* no *Eu* despótico do Estado»⁹.

Apoiando-se nos princípios tradicionais da ética social católica, Sena Freitas esgrime os seus argumentos na defesa da ideia de que a integração do homem na sociedade não poderá anular o exercício da liberdade para responder às exigências e aos apelos não apenas da sua consciência e da experiência que faz do transcendente, mas também das opções que a sua integração social implica. Nesta sequência, sustenta que a educação corresponde ao direito de toda a criança ao seu desenvolvimento

⁶ «Abaixo o catolicismo», em *Observações Críticas e Descrições de Viagem*, cap.º XII, p. 81.

⁷ *Ibidem*, p. 82.

⁸ Cf. *Ibidem*, p. 83.

⁹ «Análise da Lei Ferry sobre o ensino leigo e obrigatório: Abaixo a estatolatria», em *Observações Críticas e Descrições de Viagem*, cap.º IV, p. 25.

integral como pessoa, como cidadão e como membro da Igreja. Incumbe pois a várias instituições o exercício da acção educativa da criança, muito embora esta acção lhes não confira o direito de subjugá-las aos seus interesses. Será o direito que a criança tem a desenvolver-se fisicamente e a dispor duma formação intelectual, do ponto de vista cívico, moral, religioso e profissional, que confere às instituições o direito de intervirem na sua formação. Este direito compreende-se, portanto, como resposta à obrigação do cumprimento dum dever. É porque a criança tem direito a ser educada e manifesta carência de meios para, por si mesma, promover com eficácia o seu desenvolvimento integral que as instituições têm o dever de intervirem na sua formação. E porque têm este dever têm também o direito correspondente de o poder cumprir. O direito das instituições circunscreve-se apenas à legitimidade de dispor dos meios necessários que permitem assegurar o cabal exercício das suas obrigações na formação da criança. Deste modo, o que justifica o direito do Estado e da Igreja na educação é primeiramente o dever de atenderem aos direitos da criança. Por isso Sena Freitas proclama enfaticamente:

«mais do que repelir a doutrina da educação dirigida pelo Estado e no interesse do Estado, detestamo-la, temos-lhe horror»¹⁰.

Ao Estado compete garantir o direito que assiste a qualquer cidadão de ser educado, sem que o exercício deste importante dever lhe confira «o direito de fazer dele seu discípulo e de lhe inocular uma doutrina da sua predilecção»¹¹. Por isso Sena Freitas afronta com veemência as orientações e as iniciativas políticas que pretendem transformar o Estado «em *fonte única* do ensino e em supremo distribuidor dele»¹², como denuncia as investidas de alguns professores da Universidade de Coimbra, da Escola Politécnica de Lisboa, da Escola Médico-Cirúrgica do Porto de fazerem a propaganda do ateísmo e materialismo. Pagos pelo governo, combatem a religião do Estado, que juraram defender, e assim

«envenenam a grandes doses a juventude, em quem haviam de inocular a seiva da ciência que edifica o homem e a sociedade e não daquela que só tende ao esfacelo de ambos»¹³.

E exige, logo de seguida, medidas enérgicas do governo para acabar com a «infâmia» de ao mesmo tempo que permite que

«um funcionário do Estado ensine na cadeira de professor contra a religião do estado e de quatro milhões de portugueses, permite que os pais de família que destinavam seus filhos a uma carreira literária, sejam forçados a confiá-los a homens que os formarão

¹⁰ *Ibidem*, p. 24.

¹¹ *Ibid.*, p. 26.

¹² *Ibid.*, p. 27.

¹³ «O ensino ateu e o governo português», em *Observações Críticas e Descrições de Viagem*, cap.º XIII, p. 89.

um dia na negação absoluta das crenças em que esses pais foram educados e em que querem educar os filhos»¹⁴.

E, de forma mais interventiva, dá voz à sua revolta:

«Abaixo a indiferença estóica dos homens de pasta! Já sobram os escândalos sociais que pretendem insinuar que a virtude não passa dum nome, não se nomeiem, ainda por cima, coveiros científicos, estipendiados para enterrarem a noção da divindade e ensinarem, apesar do brado invencível da natureza, da consciência e da razão, que Deus não passa de um mito e a alma de uma célula»¹⁵.

Não se deduz desta combativa argumentação qualquer propósito de transferir para a Igreja os direitos da criança e do cidadão, que apenas a eles pertencem. Está reservada à família, em primeiro lugar, a educação dos filhos, de modo a completar o seu desenvolvimento físico e espiritual. Todavia, como não dispõe, em regra, dos meios necessários para desempenhar cabalmente esta obrigação, apoia-se em instituições idóneas para a cumprir. Compete-lhe por isso, pelo menos na menoridade dos filhos, escolher as que consideram mais adequadas. A acção do Estado, da Igreja e demais instituições é desenvolvida, ao nível do ensino, por delegação das famílias, sendo por isso considerada supletiva ou subsidiária, ou seja, deverá assegurar a forma de ensino que os pais desejam para os filhos. A criança não pertence à sociedade, de modo a que o Estado possa ditar as orientações da sua formação intelectual e moral, mas também não pertence à Igreja, que «só recebe a criança das mãos de seus pais sem ousar transpor o lar onde se abriga a inviolabilidade doméstica»¹⁶.

Contra os que defendem um ensino exclusivamente laico, com exclusão das congregações religiosas, o autor defende a livre concorrência entre o ensino público e privado, exercido por nacionais e estrangeiros, logo que devidamente habilitados e «contanto que se conformem com as prescrições e declarações do Código da nação, que lhes possam dizer respeito»¹⁷. Esta constitui a maneira não apenas de garantir o direito da família em relação à educação dos filhos, mas de proteger também o direito dos candidatos a professores. O licenciamento para o ensino deve ser feito na base da competência pedagógica e idoneidade moral dos candidatos a professores, e de modo nenhum em função da sua nacionalidade, pois «a ciência não tem pátria; tanto pode existir em um representante da raça latina, como da raça saxónica ou da raça eslava»¹⁸. A livre circulação de docentes e alunos no espaço europeu, e não só, era uma experiência que a Igreja já possuía e praticava antes dos programas de mobilidade que hoje conhecemos para o espaço europeu. É assim a conjugação entre o direito das crianças e dos jovens à educação, o dever e o correspondente direito dos pais de promoverem

¹⁴ *Ibidem*, p. 90.

¹⁵ *Ibidem*, pp. 90-9.

¹⁶ «Análise da Lei Ferry...», em *Observações Críticas e Descrições de Viagem*, cap.º IV, p. 26.

¹⁷ «Ensino Livre», em *Palavra do Semeador*, vol. III, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1908, em João H. Anglin, *padre Sena Freitas. Antologia*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1968, p. 270.

¹⁸ *Ibidem*, p. 277.

a educação dos filhos, e o direito dos professores de exercerem a actividade docente, em função apenas de critérios de competência, que justifica o seu empenhamento a favor da existência dum ensino livre, segundo uma concepção de liberdade, na sua acepção autêntica, a que o autor diz aderir sem reservas:

«Ninguém aqui se escandaliza sem dúvida, de que eu me dê por tão liberal de que o seja mais do que os que blasonam de sê-lo e de quase fazerem monopólio deste esplendoroso apanágio concedido à humanidade inteira. Os genuínos amigos da liberdade somos ou devemos ser nós, católicos, porque somos os filhos do cristianismo, que implantou a verdadeira liberdade no mundo ajoujado ao peso de cem escravidões degradantes e hoje apenas históricas; mas a nossa liberdade é serena e nobre, pacífica e pura como a verdade, não traz os olhos injectados de sangue, e o punhal na mão como a liberdade demagógica. A nossa liberdade é o direito que reclamamos para a realização de tudo quanto for lícito e racional, não é a liberdade que reclamam os nossos adversários de perseguirem a fogo e ferro a justiça, o direito e a religião. Esta é uma liberdade de fundo falso e de furta-voltas, que não pode inspirar confiança; e a prova é que logo que lhe convém, se converte em despotismo, como na questão do ensino exclusivamente leigo»¹⁹.

É nestes princípios que enraíza o papel da Igreja e o empenho do autor no exercício do magistério e na reflexão dos problemas que lhe são inerentes, como a sua organização, o que o levou a exercer intensa actividade, em Portugal e no Brasil. A direcção da escola com o seu nome, em Jundiaí, no Brasil, serviu mesmo de ocasião para expor as suas concepções pedagógicas, conforme a seguir iremos procurar apresentar.

*

A escola, que inicia a criança nas bases do conhecimento e da virtude, é designada, à maneira de Comênio, a «oficina» de preparação para a vida. Nela se completam, de forma programada e consistente, os primeiros ensinamentos ministrados pela família, em particular as mães, na formação espiritual dos filhos. Pela missão que lhe é cometida, o seu campo de actuação situa-se numa posição intermédia entre a academia, que recebe os jovens já cultivados, e os primeiros esboços da educação recebida no lar doméstico. Este é mesmo considerado o átrio de entrada do santuário do saber ou do «templo de luz»²⁰, designação reservada para a escola, também referida como «o templo onde se administra o baptismo da instrução primordial»²¹. Trata-se duma concepção aliás consagrada e bastante difundida pela gravura que Manuel Maria Bordalo

¹⁹ *Ibidem*, p. 269.

²⁰ «Observações críticas sobre a educação colegial, pronunciadas no dia da inauguração do Colégio Sena Freitas a 28 de Julho de 1886», em *Observações Críticas e Descrições de Viagem*, cap.º XXV, p. 185.

²¹ *Ibidem*, p. 180.

Pinheiro desenhou para ilustrar a 2.^a edição do *Método Português de Leitura Repentina*, que António Feliciano de Castilho havia apresentado pela primeira vez em 1850.

O colégio de Jundiá propõe-se cumprir a tarefa de despertar a criança «do sono infantil»²², em que o lar familiar a embalava, e promover a sua iniciação nos diferentes domínios do saber. Tinha capacidade para ministrar, a 50 rapazes, entre os 7 e os 12 anos, o ensino primário das primeiras letras, assim como a iniciação ao latim, francês, inglês e italiano. Completava este currículo, o ensino da geografia, aritmética, bem como ginástica, natação, instrução religiosa e aulas de civildade²³. A longa experiência de educador, «de vinte anos de colégios, já como aluno, já especialmente como professor e inspector gimnasial, assim no Brasil como na Europa»²⁴, inspira as linhas-mestras que traçam a personalidade moral do dirigente educativo, que não poderá depender apenas das aptidões literárias e científicas que lhe conferem habilitação idónea. Com efeito, assevera o orador e director do novo colégio que, para além das qualificações científicas,

«outras qualidades morais são indispensáveis para o desempenho complementar desse mesmo cargo, quais as que constituem o educador paciente, circunspecto, zeloso, invencivelmente bom, mais amigo que autoridade, mais pai que superior, mais mãe ainda que pai. Eu sei que o director digno desse nome há-de ser uma solicitude sempre de pé, uma vigilância nunca surpreendida pela incúria, uma síntese perfeitamente combinada de gravidade que não descambe para severidade, de jovialidade que não degenera em espírito de camaradagem, de benignidade que se não converta em convivência nem em fraqueza, um cronómetro vivo na exactidão dos seus deveres, uma vida exemplar que seja o comentário persuasivo da direcção dada, uma providência inteligente que a tudo atende e tudo previne, enfim, um homem à parte que saiba reunir à paciência das águas dormentes, a rigidez do aço, a macieza do musgo, a dedicação de um mártir e a persistência do tempo»²⁵.

Descobre-se, na declinação de todos estes predicados, os ingredientes de base da atmosfera familiar que deverá envolver a comunidade educativa da escola. As ligações afectivas que lhe conferem coesão integram a observância duma disciplina que não transige com desvios intoleráveis aos percursos que todos devem seguir. Incumbe ao pedagogo estar sempre desperto para que os ritmos diferenciados da adaptação de cada criança ao clima colectivo que todos os elementos da escola deverão respirar não perturbem a sua boa atmosfera. A escola aparece como lugar de difusão de saberes e treino de condutas que os mestres transmitem a todos os alunos, sem excepção, iniciando-os assim na assimilação dos parâmetros que hão-de assegurar a sua futura inserção na ordem social do mundo dos adultos. A docilidade e a paciência exigidas ao educador têm fundamentalmente em vista os «altos» propósitos dum ensino mo-

²² *Ibidem*, p. 185.

²³ Cf. Paulo de Assunção, «Itinerários... de um viajante», em P.^o Sena Freitas, *Viagem a Istambul*, São Paulo, Arké Editora, 2005 (1909), pp. 22-27.

²⁴ «Observações críticas sobre a educação colegial...», p. 180.

²⁵ *Ibidem*, pp. 180-181.

delar que, pela exemplaridade dum magistério sempre presente e actuante, tanto na sala de aula como no recreio, orienta a criança segundo as exigências e as conveniências do interesse geral da sociedade. É preocupação primordial do ensino cuidar da doutrinação que transmite o que o aprendiz da arte de ser adulto precisa saber para uma integração harmónica na ordem social. Deste modo, ao *magister* que modela as consciências, pelo exemplo e pelo ensino que ministra a todos, não compete ter uma atenção especial para com os interesses e exigências que as crianças possam manifestar na constituição dum percurso próprio e autónomo. É que a liberdade individual não se compadece com opções que ponham em questão os trajectos que assegurem o crescimento intelectual e moral segundo as expectativas dos bons e salutare costumes sociais. A criatividade e a individualidade terão de ser aferidas pela austeridade dos padrões que os imperativos do interesse colectivo impõem. Compete à acção formativa da escola conduzir, com passos seguros, o andamento da classe para os resultados que o empenhamento colectivo dos mestres tem a obrigação de promover. As inclinações e as necessidades específicas de cada um subordinam-se ao fim natural da escola, conforme a orientação que a doutrina tradicional consagra. É que não compete aos alunos instituir as normas que regulamentam o funcionamento da escola. Muito pelo contrário, os princípios e regras que a estruturam como instituição são anteriores, pelo que a relação com a escola se compreende em termos de adesão aos seus fins próprios, ou seja, deverá subordinar-se às suas regras de funcionamento e não provocar desvios que desfigurem a sua constituição.

Sobressai nesta concepção uma visão da escola predominantemente institucional que prepara os jovens para o desempenho das principais tarefas de que a sociedade carece para manter com regularidade e sem sobressaltos as suas funções e cumprir os seus designios colectivos. Transmite-se assim uma visão conservadora da escola, a quem incumbe assegurar a renovação dos quadros dirigentes da sociedade e perpetuar as suas referências culturais e morais. A acção da escola centra-se na autoridade dum ensino que difunde o saber e o exemplo do mestre, pouco sensível ainda ao ritmo que cada criança imprime ao seu próprio processo de aprendizagem.

Sem ter por suporte um olhar científico sobre a criança que mais tarde, a partir de Claparède e depois de Jean Piaget, irá descentrar decisivamente a acção educativa do ensino do professor para a aprendizagem interiorizada pela criança, Sena Freitas manifesta, no entanto, uma perspicácia pedagógica deveras clarividente e de algum modo antecipadora das preocupações a que as orientações funcionalistas e estruturalistas mais tarde vieram dar resposta. A falta de equipamento conceptual e teórico que lhe permitisse discernir, com mais clareza e pertinência, os fundamentos psicológicos que poderiam justificar uma pedagogia centrada no desenvolvimento intelectual da criança, não constituíram impedimento para se demarcar dos procedimentos pedagógicos que sobrecarregavam a memória e sobrevalorizavam o raciocínio, com exposições teóricas e abstractas das matérias. Sena Freitas denota, desta forma, uma sensibilidade muito apurada para particularidades que a pedagogia da criança deverá atender, em consonância com o seu grau específico de desenvolvimento intelectual, que é ainda embrio-

nário. Por isso preconiza que a instrução a ministrar no colégio adopte um método que faça desabrochar a inteligência do «sono infantil» em que tem estado mergulhada:

«O método a adoptar tem de ser não teórico, não especulativo e abstracto, ao que é inatingível a uma inteligência embrionária, mas sim prático ou intuitivo, isto é, o que mais se dirige aos olhos, como muito mais fácil, por conseguinte, mais acessível à compreensão infantil, toda por ora circunscrita ao mundo material. Nesta idade a luz deve entrar de fora para dentro, e esta luz há-de ser a luz do sol físico, iluminando as coisas sensíveis, que não a luz superior da razão que só ilumina espiritualmente outra razão já desenvolvida. O contrário seria um erro crasso»²⁶.

A justeza do diagnóstico e a sugestiva luminosidade das imagens utilizadas, para fazer entender como as singularidades do método deverão adequar-se ao grau de desenvolvimento intelectual da criança, não poderão iludir as limitações que as suas opções pedagógicas transportam. Mas, antes de falarmos delas, teremos certamente de reconhecer dois aspectos particularmente relevantes na proposta educativa que o texto de Sena Freitas nos sugere. Em primeiro lugar, o imperativo de imprimir ao ensino um andamento que tenha em consideração o grau de desenvolvimento intelectual da criança, carente ainda de quadros nocionais e operativos plenamente constituídos, ou bastante dependentes da estimulação sensorial e da sua actividade concreta, para poder seguir as exposições teóricas e a argumentação especulativa dos mestres. Em segundo lugar, a abertura que a escola deve proporcionar, na organização do seu currículo, aos resultados que derivam:

«das modernas e esplêndidas conquistas da ciência, da arte, da indústria, da observação antropológica, nas suas aplicações práticas, tendentes a melhorar o nosso bem-estar não só intelectual mas ainda material, por uma compreensão mais vasta, mais inteligente e completa da natureza cósmica e do homem»²⁷.

Manifesta-se assim a convicção na importância que representa para a formação do jovem, desde o seu início, o estudo das ciências, pelo que poderá contribuir para o bem-estar de todos. O estudo das ciências é mesmo considerado uma parte fundamental do processo educativo, que é variável ou dinâmico, na medida em que deverá reflectir os seus avanços. Completa, mas não substitui, a outra dimensão do processo educativo, que é estática ou imutável, porque:

«se funda nos princípios eternos, estáveis, da lei natural, como são o culto do Ser Supremo, a reverência e amor prestados àqueles que são, depois de Deus, os autores dos nossos dias, o respeito dos direitos alheios que nos proíbe lesá-los, etc.»²⁸.

²⁶ *Ibidem*, p. 185.

²⁷ *Ibidem*, p. 184.

²⁸ *Ibidem*, p. 183.

Esta parte fixa do currículo educativo promove a formação moral do homem e do cidadão, visando modelar, não tanto a inteligência da criança, mas o seu «coração», na honestidade das relações sociais, no cumprimento dos deveres, no respeito pelos direitos dos outros, na compaixão pelas dores e sofrimentos dos seus semelhantes. Inclui-se ainda nesta componente a formação religiosa que, para além de estimular os sentimentos inatos do jovem de se relacionar com o divino, o prepara para encarar as adversidades da vida:

«munindo-o das armas preciosísimas da fé, da resignação, da coragem para os dias por ora longínquos mas inevitáveis, das terríveis batalhas da vida, para essas crises tremendas do sofrer íntimo em que a incredulidade nos sugere: ‘suicida-te’ – e a religião nos brada: ‘Sê forte’»²⁹.

Curioso notar que a exaltação da educação religiosa, tão frontalmente defendida neste notável discurso, apresenta um cunho eminentemente social, que se enquadra perfeitamente nos propósitos educativos visados pelo colégio. O que o autor destaca na formação religiosa é a sua relevância na transfiguração duma sociedade que se deixe possuir pelos valores cristãos da modéstia, do trabalho, da caridade e da justiça. Afasta mesmo do seu programa de ensino tudo o que pudesse fomentar os exageros dum misticismo fanático, que transformasse as pessoas em «rezadores sempiternos» e em espíritos escrupulosos que em tudo vissem o pecado. Sobressai neste programa de ensino uma inequívoca preocupação, não propriamente com a formação duma consciência cristã que não esqueça nem dispense manter, no mais íntimo do seu ser, a relação pessoal com Deus, que fizesse transcender os limites da sua individualidade, mas, pelo contrário, o que é sublinhado é a sua importância como factor de coesão social. Sena Freitas não hesita mesmo em considerar a educação religiosa «a chave da ordem e da paz assim individual como social»³⁰, que incentiva as pessoas para o bem e o cumprimento dos seus deveres sociais. A visão institucional da educação ao serviço da ordem dominante estabelecida leva Sena Freitas a dispensar do seu programa o que a religião, em geral, tem de mais fundamental, a resposta do homem aos apelos de Deus, e o catolicismo destaca, de modo particular, a integração na Igreja e o acatamento dos seus preceitos. O autor deixa em plano secundário estes aspectos da religião e, estranhamente ou talvez não, por estratégia bem calculada, junta a sua voz aos que, em Portugal e, possivelmente, também no Brasil, embora propalasses a laicização do Estado, não deixavam de admitir, pelo menos alguns deles, na linha duma filosofia de inspiração deísta, a importância da religião para a estabilidade da vida social. Esta cedência não deixa de ser sintomática da atitude de uma personalidade, empreendedora e estratega, que deverá ter, certamente, procedido a uma avaliação perspicaz das condições que o ambiente social propiciaria para apoiar o projecto educativo dum colégio em que a religião pudesse desempenhar um papel que ao menos lhe fosse útil. Por isso o autor

²⁹ *Ibidem*, p. 188.

³⁰ *Ibidem*.

a considera como sendo a base e o remate de toda a vida das pessoas e uma força útil que «aparelha o homem futuro» para os dissabores da vida.

Em termos globais, o plano curricular do ensino é concebido, em todas as suas valências, para assegurar a futura integração das crianças na ordem social que eles deverão continuar. Por isso, a par da formação científica, moral e religiosa, Sena Freitas inclui dois outros campos de intervenção formativa, a saber: «a formação do homem civil, do homem polido da sociedade»³¹, em que se ministra aos adolescentes os princípios essenciais da boa civilidade, e a educação física dos jovens. Esta merece mesmo uma atenção especial, que as pedagogias tradicionais descuravam, por atenderem apenas à parte espiritual das pessoas. Fazendo jus ao aforismo que exige uma *mens sana in corpore sano*, será importante promover, com equilíbrio, as virtudes inerentes à formação do espírito e os cuidados a ter com corpo, de modo que as crianças sejam adequadamente instruídas em noções fundamentais que deverão possuir sobre:

«o asseio, o conforto moderado, a boa higiene que compreende todos os exercícios ginásticos, ortopédicos, de natação, de deambulação, etc., sem esquecer, tanto a boa aeração como a alimentação substancial, simples, saudável»³².

O programa da educação visa a formação integral da pessoa, sendo por isso incompleto se contemplasse apenas a parte referente à ilustração, ou seja, às ciências, humanidades e tecnologias. Se assim acontecesse, apenas atingiria metade ou um terço das necessidades educativas da pessoa. A outra parte da formação do homem, aquela que investe na educação do seu carácter e na constituição do universo de valores espirituais e sociais que o integram num contexto cultural e civilizacional próprio, ficaria desprotegida. Semelhante incúria significaria deixar à margem da esfera de intervenção da escola, completamente inculta e ao abandono, metade ou mais de metade da realidade do homem. E esta é sem dúvida a parte mais importante, a que assegura a sua integração harmónica na ordem social, que é imperativo conservar sem perturbações. Uma educação que não intervenha prioritariamente neste domínio não cumpre o seu objectivo primordial que é preparar as crianças para serem no futuro «cidadãos prestimosos». Não será função primordial da escola preparar futuros sábios ou intelectuais, mas cidadãos de carácter, ou seja, pessoas bens formadas:

«Não é de necessidade absoluta que todo o homem seja instruído, que saiba gramática, geografia, matemática, história natural, porém é de necessidade absoluta que todo o homem seja um homem de bem. Não é forçoso que todo o cidadão seja um sábio ou simplesmente uma ilustração, mas é forçoso que seja um carácter, sob pena de não passar de uma metade ou de um terço de homem»³³.

Desta sobrevalorização da formação espiritual da criança, não poderemos desprender uma subestimação da componente dinâmica do programa educativo. Pelo

³¹ *Ibidem*, p. 186.

³² *Ibidem*, pp. 184-185.

³³ *Ibidem*, p. 187.

contrário, Sena Freitas dedica-lhe uma atenção especial, delineando orientações precisas e aconselhando mesmo procedimentos pedagógicos concretos para adequar o ensino ministrado no seu colégio ao que considera ser as capacidades do desenvolvimento intelectual dos alunos. Há a preocupação de acompanhar os progressos do conhecimento científico, procedendo à actualização dos programas e organizando a leccionação das matérias a ensinar, segundo uma cadência que tenha em atenção o equipamento intelectual que as crianças têm disponível e podem mobilizar para apreender. Para não serem forçadas a despender um esforço acima das suas capacidades, o ensino das matérias terá de adoptar um método que seja acessível ao seu grau de desenvolvimento intelectual, predominantemente prático e intuitivo.

Preconiza-se assim uma metodologia de leccionação das disciplinas que, em lugar de partir de noções abstractas e teóricas ou de sobrecarregar a memória com ideias e regras que a criança reproduz de forma automática, sem compreender, adopte antes um procedimento indutivo. Todo o ensino deverá proporcionar ao aluno um contexto de situações experimentais que cada um possa controlar por via dos sentidos, «de modo que naturalmente e sem grande custo passe do simples ao composto e do comezinho ao difícil»³⁴.

Esta concepção orienta-se certamente pela preocupação de conduzir os alunos pelos caminhos que permitem alargar o seu universo de conhecimentos, sem fazer violência ao que as suas capacidades intelectuais, ainda muito dependentes do que os sentidos lhes permitem perceber, poderão efectivamente apreender. Sem fazer exigências que estejam para além do seu domínio de resposta, procura-se introduzir os alunos nas questões da ciência e nos resultados que a investigação vai propiciando, cumprindo, desta forma, a missão de promover o desenvolvimento intelectual dos jovens pela transmissão de informações científicas actualizadas e úteis. Esta perspectiva, no entanto, apesar de sublinhar a proporcionalidade que deverá existir entre as opções pedagógicas e as disposições psico-afectivas das crianças e dos jovens, não deixa de traduzir a convicção, ingénua e pouco credível, de que o desenvolvimento intelectual e afectivo da criança se poderá operar apenas pelo influxo da estimulação sensorial que faz entrar na razão «as cousas sensíveis», iluminadas pelas luz do sol, «de fora para dentro»³⁵. O ensino que efectivamente se preconiza não tem por base uma pedagogia que invista no desenvolvimento da razão e da imaginação, promovendo a expansão do seu equipamento operativo e das suas capacidades criativas. Os propósitos bem intencionados de Sena Freitas não parecem vislumbrar este importante terreno de actuação e ficam-se na estratégia de tomar apenas em consideração a compatibilidade dos recursos a mobilizar com o grau de maturidade dos seus destinatários. O ensino terá de ser acessível não ao que a razão da criança poderá compreender no futuro, mas ao que ela poderá abranger no presente. Estamos ainda longe duma estratégia pedagógica orientada para o desenvolvimento dos instrumentos cognitivos, afectivos e para todo o conjunto de referências da ordem das significações, que são indispensáveis para

³⁴ *Ibid.*, p. 186.

³⁵ *Ibid.*, p. 185.

a gestão autónoma da informação que o ensino se propõe ministrar. A proposta do autor limita-se a insistir numa pedagogia em que o mestre se dirige ao aluno para:

«falando-lhe aos olhos, mostrando-lhes cousas tangíveis, desenhadas em quadros sob a forma de diagramas ou mesmo reais, desenvolver-lhe assim as faculdades enriquecendo-as, sem onerá-las com regras abstractas»³⁶.

Admirador de Francisco Bacon, que refere com alguma frequência e relevo na sua obra, Sena Freitas acaba por reflectir as opções teóricas do filósofo inglês quanto à forma como o conhecimento progride, nas ciências e nos homens. Para que a razão não fique entregue a si mesma, vítima dos seus próprios preconceitos, Bacon encontra na experiência o caminho seguro para a investigação da verdade. De forma gradual e contínua, o método indutivo, que ele architectou com o apoio de um complexo conjunto de procedimentos, extrai dos dados que a experiência regista, por meio de um processo laborioso de recolhas informativas, que se acumulam e comparam, os princípios gerais de explicação última da natureza. O espírito encontra o caminho seguro da verdade, abrindo-se à experiência, que é a fonte verdadeira de informação. À semelhança do programa baconiano, que se propõe organizar o conhecimento científico a partir da experiência, também o ensino deverá assentar numa pedagogia que instrua a criança sem a «fátiga» com especulações desligadas da realidade. O desenvolvimento das faculdades ainda embrionárias da criança opera-se no contacto com «as cousas tangíveis».

A proposta de Sena Freitas contempla certamente alguma inovação, ao procurar uma orientação pedagógica que se desvie do ensino ministrado por um «mestre-escola», que debita conhecimentos e prescreve regras que sobrecarregam a memória e criam automatismos que se repetem depois mecanicamente. O autor denota uma particular preocupação com os procedimentos pedagógicos centrados na aprendizagem, que tenham em linha de conta as capacidades dos alunos e os ritmos do seu desenvolvimento. Todavia, este importante aspecto do programa educativo de Sena Freitas labora no pressuposto de pendor empirista de que a formação da razão e da personalidade depende apenas da assimilação do que «se dirige aos olhos» e do que pode ser materialmente concretizado. O autor percebeu o problema grave dum ensino que deixava de fora os seus próprios destinatários, mas ao preconizar uma acção pedagógica toda apoiada na experiência, tomou-a na acepção empirista, sem conseguir pôr devidamente em relevo o que as pedagogias activas mais tarde vieram sublinhar, ou seja, que a experiência só poderá ser valorizada se puder ser integrada por estruturas que lhe confirmem significação.

A harmonização dos programas educativos com o grau de desenvolvimento psicológico da criança e o apelo às «cousas tangíveis», para contrabalançar um magistério demasiado teórico e especulativo, coloca-o na pista de uma pedagogia renovadora, em que se poderá reconhecer o influxo de Pestalozzi, directamente evocado

³⁶ *Ibidem*, pp. 185-186.

no discurso a que nos temos referido. Mas a ausência duma concepção da aprendizagem como um processo activo de filtragem da experiência, por meio de um quadro de significações que lhe conferem expressão, mantém-no ainda dependente duma pedagogia que julga poder modelar a razão e a personalidade da criança através da transmissão do saber e do exemplo edificante.